

INTERFACES E PERSPECTIVAS: ENTRE PESSOAS E INSTITUIÇÕES

Hilda Freitas Silva¹
hildafsilva28@hotmail.com

Eduardo Soares de Oliveira²
historiadoreduardo@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender as interfaces e perspectivas entre pessoas e instituições. A Pesquisa foi desenvolvida no âmbito de algumas ações e instituições da Educação e Cultura. Dessa forma, enfatizamos o processo de re-contar, re-fazer e se identificar na História dentro de um processo Historiográfico e de exercício de cidadania. Tivemos como fundamentos teóricos centrais da pesquisa, a própria Constituição Federal de 1988, como também pesquisadores das áreas humanas e social. A oficialidade é questionada neste trabalho e a Historiografia fica em destaque. Não que ela vá responder a todos e ver todas as versões, isso é uma utopia, mas atentar para a diversidade e direcionar por um caminho plural de estudo. Assim, repensamos o empoderamento do ser humano, que deve ser feita constantemente.

Palavras chaves: Historiografia. Cidadania. Educação. Cultura. Oficialidade. Empoderamento.

Introdução

As discussões desse trabalho fazem parte do Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade, da Universidade Estadual de Goiás. Atualmente a sede do Grupo está situada no Campus da Universidade de Jussara. O questionamento central deste trabalho é provocar discussões sobre as questões: “quais são os principais meios de empoderamento da pessoa?” ou seja, como o sujeito forma o entendimento de si, entendendo como sujeito de direito e de possibilidades de gozo de uma vida satisfatória? Dessa forma, enfatizamos a historiografia e instituições que a prática, como instrumentos no processo de “empoderamento” e, por vezes, de “perda”.

1 Especialista em História do Brasil; História e Cultura Afrobrasileira; Psicopedagogia Clínico e Institucional; Educação para Diversidade e Cidadania: Direitos Humanos; Patrimônio Direitos Culturais e Cidadania; Cultura, Identidade e Região. Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás. Faz parte, como colaboradora, do GEFOPi Universidade Estadual de Goiás.

2 Graduação em História Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal de Goiás (1999), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2009) e doutorado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2014). Atualmente é efetivo da Universidade Estadual de Goiás e professor titular da Universidade Estadual de Goiás.

Em primeiro lugar, a micro história foi uma reação contra um certo estilo de história social que seguia o modelo da história econômica, empregando métodos quantitativos e descrevendo tendências gerais, sem atribuir muita importância à variedade ou à especificidade das culturas locais. Em segundo, a micro-história foi uma reação ao encontro com a antropologia. (...) Em terceiro lugar, a micro-história era uma reação à crescente desilusão com a chamada 'narrativa grandiosa' (BURKE, 1937, p. 39).

Notamos através da pesquisa historiográfica e também através de reflexão da citação acima, que a história é fruto de versão de pessoas que possuem estrutura de poder. Sendo, através da micro-história, uma possibilidade (não única) de aproximação do objeto através de olhar para as especificidades. Para fundamentar o dito sobre estrutura de poder, utilizamos Bourdieu (1989) quando teoriza que há um poder simbólico nas relações sociais, e este poder possui estrutura e ideologia de hierarquia. Complementando, Laraia (2001) diz que a Cultura como um conceito antropológico, não está imune aos domínios. Portanto, a cultura é alterada com o intenso contato entre as nações e a predominância na sobreposição dos mais fortes aos mais fracos, através da economia e os seus símbolos.

Assim, historicamente a cultura é o ponto estratégico de dominância e ao mesmo tempo um direito fundamental ao indivíduo. Percebe-se que, quando a pessoa compreende a sua História e Cultura, participando inclusive de Projetos e Eventos que envolvem estes contextos estrategicamente, pode-se entender que está acontecendo o processo de empoderamento do sujeito.

Neste contexto, veremos algumas ações historiográficas em andamento, que utilizam a estrutura de poder ligada às questões de Ensino e de Cultura, num processo de empoderamento e de possibilidade do sujeito "ser". Destaca-se que neste estudo e pesquisa, por pautar em contexto democrático, é relevante pensar sobre a Constituição Federativa do Brasil de 1988. Vejamos o texto a seguir da CF 1988:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela *necessitem*.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Para que o cumprimento da lei, como também, para que os cidadãos tenham a consciência da sua participação na História e Cultura "devem se nutrir dos numerosos materiais que, na maioria, estão presentes no patrimônio: o solo e a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e de serviços adaptados às demandas e necessidades das pessoas" (Universidade Federal de Goiás, 2012, p. 18).

Peter Burque (1937, p. 38) destaca que “as classes dominantes exercem poder não apenas diretamente, pela força ou ameaça de força, mas porque suas ideias passam a ser aceitas pelas classes subalternas”. Nesse contexto teórico-prático, entendemos que a oralidade permeia o social, dentro de uma órbita de classificação de pessoas e fatos. Com isso, compreendemos que em determinadas situações de quem fala, o lugar da fala, este se torna um discurso, resultado de uma estrutura de poder.

Aqui cabe um questionamento: O quanto a oralidade nos constitui? Com essa questão, pensemos: nossas cidades são construídas através de pessoas, que falam/contam as suas histórias, por isso que Gupta e Ferguson dizem que as comunidade e lugares são imaginados. A partir daí algumas histórias tomam relevância socialmente, devido a estrutura de poder, outras, são minorizadas socialmente. Aqui atentamos para os sujeitos e essas permeiam a

construção do imaginário de cidade, como também na concepção da identidade do indivíduo. No entanto, sabe-se que o coletivo é caracterizado pelo plural.

Roy Wagner (2010) aponta que todos os seres humanos fazem cultura, sendo que o poder da invenção é que faz essa cultura se modificar. Ele diz também que existe um controle que permeia o social e então atinge a cultura. Entendemos que o autor refere-se às estruturas de poder (trabalhadas por Pierre Bourdieu), como também à categoria de análise “ideologia”, que Eunice Ribeiro Durhan pesquisa.

Nesse sentido Wagner (2010) pontua elementos, situações de objetificação e convenção, como sendo presentes no social e que pressionam para a necessidade das invenções. Essas invenções são entendidas desde atos e valores, modos de vida, como também o que é programado para interagir socialmente (estrutura de poder). Ele pontua situações culturais de mascaramento convencional e as motivações do ser humano dentro de um processo organizado e pensado para tal. Nesse sentido, Wagner (2010) direciona a pensar que é importante rever que a ideologia está no social e esta utiliza-se da cultura e de instrumentos culturais para controlar a população, podendo também, um ser, controlar o outro.

Devemos nos atentar para as especificidades humanas, ou seja, reconhecer o subjetivo do indivíduo, mas contextualizando o poder ideológico e estrutural que vivemos. Com isso, é possível dizer que a Antropologia Social, atual, busque o reconhecimento do ser humano. Nesse contexto, Roy Wagner (2010) fala em máscaras, sendo interpretada aqui como sentido de poder e de falsidade, com isso caminhamos em direção em compreender o social como lugar hierarquizado; e a cultura permeando esta característica social.

Voltando ao contexto de reconhecimento do indivíduo, este sendo a compreensão das nuances da subjetividade, Roy Wagner (2010) diz que o importante não é o que a pessoa fala, mas sim, como ela fala. Pensemos também a questão de “memória” e nisso, particularmente, retornamos ao contexto de desejo de visibilidade.

Em relação aos grupos e guetos, estes tem as suas ideologias também, como também têm as suas estruturas de poder. Estas ideologias têm na essência o que lhes classifica de bom e/ou de ideal, sendo que nesse direcionamento, caminhamos também em direção ao pensar no

que é patrimônio. Em suma, patrimônio é aquilo que consideramos de bom, de relevante e/ou de valor. Portanto, pensar o patrimônio de sua cidade é pensar na sua história.

Patrimônio: um conceito que deve ser vivido e (re) conhecido

Dentro de tudo que foi descrito e dialogado até o momento, pensar a história da cidade de Jussara, é também pensar no que há de patrimônio nessa cidade. Esta cidade não fora construída em épocas de lutas e/ou vitórias reconhecidas nacionalmente. Porém, tem-se aqui histórias, o fenômeno cultural e social chamado por Norbert Elias e Jonh Scotson (2000) de “coesão”. Essa “coesão” ocorreu devido a particularidades de significados na vida das pessoas que nascera ou que viera para cá, no decorrer das primeiras décadas do século XX, em que na articulação dialética o sentimento de comunidade, articulou-se e articula-se a “coesão” entre as pessoas.

As histórias que se tornaram relevante socialmente, permeiam movimentos internos (migração interna), que pelas situações memoráveis de pouco recursos de subsistência, o feito foi propagado, de forma epopeica, no decorrer dos anos, culminando inclusive em estátua em praça pública. Pelo contexto familiar e fraternos, que principalmente os migrantes do estado da Bahia se caracterizaram, a versão da história destes, tornou-se o oficial da história da cidade.

Num sentido de convenção que Roy Wagner (2010) diz, vemos que o oficial, ou o acordo da história permeada no social, teve seus benefícios sociais, pois gerou um sentido de identidade para a cidade. Entretanto, nesse processo, percebe-se que outros indivíduos não foram lembrados da participação de formação da cidade. Como estamos trabalhando com questões de identidade em um contexto democrático, amparados pela historiografia, notamos que o contexto social deve ser repensado em direção à pluralidade e à interculturalidade, pois em questões de interfaces e perspectivas, perceber os componentes da aglomeração é reconhecer e validar a todos os seus lugares de direito e de deveres, inclusive ao que se refere aos Direitos Culturais.

Nesse jogo de interesses, em que está imbuído “o contar a história”, percebemos que o patrimônio, a historiografia e a democracia, estão num mesmo contexto. A expectativa do

direito, resulta em esquecimento e acomodação dos sujeitos. Isso é dito, pois, como exemplificação, utilizamos o Bairro Goiás, na cidade de Jussara, sendo um dos primeiros locais de moradia de pessoas que vieram para essa região, tendo também pessoas moradores atuais, que nasceram lá. Este lugar até hoje é um bairro em processo de regularização fundiária.

Nesse contexto, esses moradores são prejudicados, pois não conseguem ou têm dificuldade ampliada ao fazer empréstimos bancários (para possíveis reformas) devido a necessidade prévia de regularização do imóvel. Outro prejuízo, é no sentido de saneamento básico, este ainda não possui, o que torna uma demonstração de desprestígio politicamente e pela apatia e/ou desorganização dos próprios moradores em reivindicarem seus direitos.

Vejamos o que Gupta e Ferguson dizem:

Ao mesmo tempo, a produção industrial de cultura, diversão e lazer, que atingiu pela primeira vez algo parecido com a distribuição global durante a era fordista, conduziu paradoxalmente à invenção de novas formas de diferença cultural e novas formas de imaginar a comunidade. Algo como uma esfera pública transnacional tornou obsoleto qualquer sentido de comunidade ou localidade estritamente limitado e, ao mesmo tempo, permitiu a criação de formas de solidariedade e identidade que não repousam sobre uma apropriação do espaço em que a contiguidade e o contato pessoal sejam fundamentais. No espaço pulverizado da pós modernidade, o espaço não se tornou irrelevante ele foi reterritorializado de um modo que não se conforma à experiência de espaço que caracterizava a era da alta modernidade. É isso que nos força a repensar as políticas de comunidade, solidariedade, identidade e diferença cultural (p. 34 e 35).

Compreendemos que os autores apontam para o caráter de transformação das comunidades. Sendo que eles também dizem (p. 34) “que tanto a arena local como as arenas mais amplas, se transformam”. Neste contexto em que os autores destacam, vemos que se encaixa o livro de José Reginaldo Santos Gonçalves (1996) “A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil”.

Este estudo tem características de crítica às estruturas narrativas que concebem os patrimônios nacionais, utiliza de ideologia da perda, dentro de um processo que também pode ser entendido como contraditório, pois a perda também ocorre por meio de seus discursos através da homogeneização das culturas e do passado. Como vimos no contexto de Jussara,

sendo específico no Bairro Goiás, acarretando dificuldades de compreensão de suas identidades e tendo consequências no social onde vivem.

Entende-se portanto que é no contato, na articulação que Gupta e Ferguson dizem, que ocorre a retórica da perda que Gonçalves (1996) pontua, sendo também apontado o caráter de invenção da cultura, da sua necessidade de invenção e os contextos de controle que existem sobre a cultura, levando em direção ao contexto de objetificação. Gupta e Ferguson dizem ainda que paralelamente existe a perda e invenção. E é nesse contexto que nos fixamos.

Neste contexto de Ensino e Cultura que envolve o empoderamento do sujeito, o Projeto do Governo Federal “Mais Cultura nas Escolas”, possui o público específico do Ensino Fundamental e Médio. O Projeto só foi possível devido a parceria do Ministério da Educação e Ministério da Cultura, que possibilitou a Instituição Escolar fazer trabalho de resgate de história e de cultura local para o público destacado.

Na cidade de Jussara, estado de Goiás, o Colégio Estadual Jandira Ponciano dos Passos, trabalha o eixo temático de “Educação patrimonial: patrimônio material e imaterial, memória, identidade e vínculo social”. O trabalho foi feito com o objetivo central de registrar a memória de moradores, como também demonstrar objetos concretos na construção da cidade. Destaca-se que o trabalho “final”, o livro, tem como foco a memória dos sujeitos que ficaram ocultos pela oficialidade.

Outra importante ação cultural é o que se refere a arquivos. Segundo o International Council on Archives (ICA), o conceito de arquivo:

Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. [...] Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos [ou ainda] Instalações onde funcionam os arquivos (ICA, 2012).

Neste âmbito de conceitos, na cidade de Santa Fé de Goiás, interior do estado de Goiás, foi feito um estudo amplo que resultou em arquivo pessoal do Senhor Lucimário Arrais Maciel, *in memoriam*. Vendo a necessidade de cuidados específicos, a família de Arrais Maciel, obteve por parceria entre a Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Jussara – e a

Universidade Católica de Goiás – da cidade de Goiânia – para que este arquivo tivesse os cuidados indispensáveis. Vejamos a seguinte citação da Universidade Estadual de Goiás:

(...) é realizado um trabalho de higienização, análise técnica, catalogação/classificação e digitalização do Arquivo Particular doado pela família Arrais Maciel. A documentação de produção de Lucimário Arrais Maciel (in Memória), doado pela família santafeense para ao Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central – IPEBHC da PUC/GO irá fazer parte do acervo da Memória Goiana.

Neste contexto, notamos a intervenção das Universidades no trabalho de resguardo da Cultura Local, portanto Goiana, nota-se também a preocupação científica em tornar acessível os documentos, em formato digital, aos acadêmicos e à sociedade. O arquivo físico ficará sob responsabilidade da Universidade Católica de Goiás, e o arquivo digital será gerido pela Universidade Estadual de Goiás. Veja a citação a seguir:

O objetivo do projeto é prestar um serviço de apoio a pesquisa, possibilitando aos pesquisadores e demais interessados na cultura e história da nossa região, o acesso rápido e dinâmico à fontes e documentos primários. O CEDOC e a UEG UnU Jussara em parceria com o Programa de Mestrado em História da PUC/GO e o IPEHBC cumpre sua tarefa de guardar, zelar e divulgar para a sociedade, fatos, informações e acontecimentos históricos que fazem parte do nosso passado, da nossa História.

Nota-se que a parceria feita entre as Universidades sobre o feito do cidadão, amplia a diversidade de visibilidade da Cultura e também do Ensino, em especial do Ensino Superior. Portanto, é evidente que a função social da Universidade está sendo feita de forma a acrescentar a sociedade no caso descrito. Assim, percebe-se que este Projeto integrado entre as Universidades possibilita aos acadêmicos pesquisadores e à sociedade, importante meio de empoderamento histórico e cultural ao ser humano.

Outro ponto de discussão e ampliação historiográfica, é o papel das Instituições oficiais Culturais. Por exemplo, na cidade de Goiás, o Museu Palácio Conde dos Arcos localizado no Centro Histórico da Cidade de Goiás, possui histórico social relevante nacionalmente e regionalmente, sendo interligada às nações europeias. Vejamos como a Secretaria Estadual de Cultura de Goiás, refere-se ao Palácio no seu Site:

O Palácio Conde dos Arcos foi a primeira sede dos governadores da Província (1748). O prédio conta a história dos governantes de Goiás, foi constituído em 1751 pelo primeiro governador privativo de Goiás, Dom Marcos de Noronha (1749-1755), conhecido como "Conde dos Arcos". O Palácio no entanto, foi inaugurado pelo sucessor do governador, Conde de São Miguel.

Vejamos o que se segue:

A partir daí, sofreu várias reformas, restaurações, remodelações e ampliações, mas conservou suas características originais e importância histórica. Hoje funciona como centro de atividades culturais. Possui mais de 30 cômodos, três pátios com jardins o maior deles, em estilo português. Além de riqueza do acervo de mobiliário e peças antigas.

Segundo Luiz Palacin, a construção do atual Museu, foi feita para sediar a Gestão do Estado de Goiás, no contexto de progresso aurífero do século XVIII. Atualmente, como Museu, no que se refere ao trabalho realizado no direcionamento aos visitantes, os guias são formados e orientados para induzir o visitante o sentimento de inquietude e questionamento com a História Regional, durante o caminhar no Palácio.

Evidenciam-se características peculiares à Instituição, por exemplo, este retrata uma história passada, ao mesmo tempo, sendo uma instituição de reflexão e questionamento historiográfico no presente. Do mesmo modo, percebe-se que através de objetos e na fala do guia, o século XVIII, o auge e decadência do ouro, como também “os limites da modernidade” que Chaul (1997) apresenta em seu livro *Caminhos de Goiás: Da construção da ‘Decadência’ aos Limites da Modernidade* é apresentado ao visitante de forma questionadora.

Essa instituição é também, simbolicamente a Sede do Governo do Estado por alguns dias, quando a cidade de Goiás se torna capital do estado, em obediência ao decreto-lei nº 3635, de 10 de outubro de 1961.

Considerações Finais

Diante do exposto, notamos a prática da teoria de Laraia (2001) quando afirma, que quebrar o ciclo de poder hierárquico significa um processo de construção estrutural de valoração multilinear. Assim, este processo vem ao encontro da maturação da sociedade nos agentes sociais. E, com o tempo, o conceito de seres e de poder individualizado, transite para

o apoderamento das pessoas que, historicamente, estiveram em condições desfavoráveis socialmente. Esta transição só ocorrerá se forem criadas estruturas democráticas e possibilidades de efetivação. Com isso poderá concretizar o processo de dignidade cultural que faz parte da possibilidade de valoração multilinear que Laraia (2001) teoriza em seu livro *Cultura: um conceito Antropológico*.

Burke (1937, p.56) diz que “o que faz as pessoas de uma cultura sentirem-se atraídas por outra é, muitas vezes, a ideia de uma prática análoga à sua própria e, assim, familiar e estranha ao mesmo tempo”. Portanto, compreendemos que o processo de coesão surge a partir desse encontro, onde na atualidade, o processo de ressignificação tem as interfaces de questionamento, aumentando a perspectiva de cidadania e de historiografia.

Nesse sentido, Burke (1937, p. 93) mostra a importância dos espaços, para ele existe a “preocupação com os espaços nos laboratórios ou nos anfiteatros”, ou seja, pensar as instituições a as pessoas torna-se caminho científico da identidade do cidadão e da própria concepção de patrimônio e de formação de cidade.

Concluimos que as Instituições e Projetos supracitados, concebem um sistema de informação social materializada sobre variados suportes (documentos escritos, fotografias, documentos eletrônicos e gravações sonoras); mesmo que estejam e tenham que repensar a sua lógica de funcionamento e planejamento, a existência destes momentos configuram o momento de possibilidades epistemológicas e de identidades.

Referências Bibliográficas

BENITO, Núria Jornet i. **Reseña de "Arquivística**. Teoria e prática de uma ciência da informação" de Armando Malheiro de Silva, Fernanda Ribeiro, Julio Ramos y Manuel Luís Real. *Anales de Documentación*, núm. 3, 2000, pp. 220-223, Universidad de Murcia, España. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63500315>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf acessado em 01/12/2014 às 15:42.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Editora Bertrand Brasil. S.A. 1989.

BURKE, Peter. 1937 **O que é história cultural?**/ Peter Burke; tradução: Sérgio Goes de Paula. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

CHAUL, Nasr F. **Caminhos de Goiás: da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade.** Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. tradução, Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Siissekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **Educação Patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental:** conceitos e práticas. Cristina Aparecida Reis Figueira, Lilian de Cássia Miranda de Gioia. – São Paulo: Edições SM, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. **Mais além da cultura': espaço, identidade e política da diferença.** In: ARANTES, Antonio A. (Org.) O espaço da diferença. Campinas: Papyrus, 2000. p.30-49. p.32.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Constitution. Status Tels Qu'aprouves par L'agm, Brisbane.** 2012.

HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade,** tradução, Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11º edição, Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico /** Roque 14. Ed. de Barros Laraia. — 14. Ed. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, 1992.

PALACÍN, Luíz. **O Século do Ouro em Goiás.** Editora Oriente/INL MEC. 305 Projeto Mais Cultura Nas Escolas. Instituição vinculada: Colégio Estadual Jandira Ponciano dos Passos. Coordenação: Hilda Freitas Silva. 2012-2014.

Universidade Federal de Goiás. **Especialização em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania.** Texto base: Instituições Culturais e seus Respetivos Âmbitos de Ação. 2012.

Site: Secretaria Estadual de Cultura Disponível em:
<http://www.secult.go.gov.br/post/ver/139331/palacio-conde-dos-arcos> acessado em
03/12/2014 às 10:59

Site: Universidade Estadual de Goiás – Campus Jussara: Disponível em
http://www.jussara.ueg.br/conteudo/4065_arquivo_historia_e_memor acessado em 01 de
Janeiro de 2014.